

## **Experimentação animal: como você avalia esta prática no Brasil e quais o seus limites éticos?**

Por Carlos Naconecy\*

*\*Filósofo (UFRGS) e doutor em Filosofia (PUCRS). Foi pesquisador visitante em Ética Animal na Universidade de Cambridge, Inglaterra. É membro do Oxford Centre for Animal Ethics. Dentre outras publicações, é autor do livro Ética & Animais, edipurs, 2006.*

No que se refere à experimentação animal, o Brasil tem sido levado pelos mesmos ventos que sopram atualmente em alguns dos países do chamado Primeiro Mundo. Devido à atuação de grupos de pressão externos e internos, ou seja, tanto por parte da sociedade civil como da própria comunidade científica, alguns setores que pesquisam com animais estão começando a ter que prestar contas a respeito da sua razão de ser. Em duas áreas em particular, já há um certo entendimento de que muita coisa pode ser modificada, ainda que isso ocorra a passos lentos. A primeira delas é o uso de animais no ensino. Acompanhando a Alemanha, Inglaterra, Itália e Estados Unidos, algumas faculdades brasileiras de Medicina já estão inclinadas à abolição do uso de animais com finalidades didáticas. A segunda área envolve o uso do modelo animal para testes de segurança de produtos de consumo, cosméticos em particular, acompanhando novamente o panorama europeu.

Restaria ainda um terceiro grande terreno, a saber, a pesquisa básica em biologia, fisiologia e psicologia, além daquela voltada ao tratamento de doenças. A crítica que de um modo geral tem sido levantada, nesses e em outros casos, é que muito dessa pesquisa é *frívola* (até que ponto um novo produto comercial é necessário para o bem-estar humano, ou uma nova medicação essencial para a nossa saúde?), *inútil* (até que ponto os testes não confirmam o que já é conhecido?) ou *contraprodutiva* (o risco final da utilização de um novo produto, droga ou medicação sempre cabe a nós, humanos, haja vista os conhecidos casos de falso negativo e falso positivo).

Nesse debate, o contra-argumento apresentado é o de que a experimentação animal é um mal necessário, já que não há alternativas ao uso de animais para o teste de, digamos, uma nova droga contra glaucoma, diarreia ou depressão, eventuais reações alérgicas a vacinas ou mesmo para a produção de soro antiofídico. Modelos *ex vivo* nesses casos não dariam conta do que os pesquisadores estão procurando.

Note-se que, a partir desse ponto do debate, o teor da discussão se transfere do campo científico para o da ética, cuja questão de fundo seria a legitimidade de usar *outra* espécie, à força, para resolver os problemas da *nossa*. O que o movimento de defesa animal insiste em lembrar à sociedade é que pessoas de pele branca fizeram algo semelhante – determinaram o destino de outro grupo de criaturas – com o apoio da lei, durante 400 anos no nosso país. E isso tem um nome, escravidão.

De modo paradigmático e, até onde eu saiba, inédito na história brasileira, o episódio recente da invasão do Instituto Royal, em São Roque/SP, teve desdobramentos sociais de tal monta que culminaram no fechamento definitivo daquela instituição. O porquê desse processo é compreensível. Cães e gatos ocupam o lugar das crianças em muitas de nossas famílias. Isso significa que nós atribuímos a eles um status moral relativamente alto, quando comparado ao humano. Mas nossa relação com esses

animais também revela uma grave inconsistência moral. Adotamos de forma grotesca dois pesos e duas medidas: um mesmo cão Beagle pode ser elevado ao status de "meu filho" ou ir parar num centro de pesquisas para ter um olho removido num teste. Um mesmo Beagle pode ser "tratado como gente" ou retalhado numa bancada de laboratório.

Alguém diria que os animais não devem receber os mesmos direitos que as pessoas detêm. Afinal, eles não falam, não dizem o que pensam, nem constituem advogados para reclamar seus direitos. Mas o raciocínio está invertido aqui: não é porque um cão não fala que eu posso fazer testes com ele – *é exatamente porque ele é incapaz de falar que eu não devo fazer experiências com ele*. É sua própria vulnerabilidade que nos reclama proteção, moral e legal.

Penso que qualquer pesquisador concordaria que, se formos pensar em razões estritamente científicas e biomédicas, o melhor a fazer seria sequestrar sigilosamente pessoas – *crianças órfãs*, por exemplo - para se realizar os experimentos. Afinal, isso evitaria todos os indesejáveis problemas oriundos das extrapolações interespecies. Mas, segundo as regulamentações vigentes, seria ilegal infectar à força uma criança para descobrir a cura do câncer. A razão dessa proibição é que uma criança não tem a capacidade para entender em que consiste o experimento e assim decidir voluntariamente participar dele (na ausência de um tutor que supostamente representaria os interesses dela). Ora, um rato e um coelho encontram-se na mesma situação psicológica de uma criança. Mas, curiosamente, em se tratando de animais, esse princípio basilar da Bioética deixa de valer. Adivinhe por quê? Porque isso nos favorece. E a famosa "lei do mais forte" em operação, e um rato é fisicamente indefeso; um coelho não consegue revidar.

Voltando ao caso Royal, no meio ativista, há quem defenda a invasão de laboratórios para libertar os animais lá violentados. A ideia também é remover os pesquisadores da sua zona de conforto epistêmico e fazê-los abandonar sua preguiça investigativa, incentivando sua criatividade científica – *seja pelo bem ou pelo mal*. "Pelo mal", aqui, entenda-se que a legítima defesa de terceiros (os animais), como é chamado no Direito, pode, sim, exigir eventualmente o dano ao patrimônio público/privado e a desobediência civil. Segundo a lógica que move um ativista, vidas (salvas) valem mais que vidraças (quebradas). Além disso, intervenções dessa natureza chamam a atenção do público quanto a uma prática vigente, que, por sua vez, chama a atenção dos legisladores para o que está acontecendo sob seus narizes, legisladores estes que, espera-se, irão criar leis de incentivo e financiamento a alternativas eticamente (mais) corretas.